

CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA: FUNDAMENTOS E CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA

Terezinha Carneiro de Sousa¹
Me. Claudio Kleina²

RESUMO

Ao falar sobre a inclusão do educando com necessidades especiais em um país como o Brasil, onde a discriminação se torna bem presente, é desafiador fazer um trabalho de inclusão, mas não impossível. Sendo assim, o processo de inclusão que está em construção requer envolvimento de todos os envolvidos, pais, a família, educadores, gestores e profissionais da educação. O referido artigo é uma pesquisa bibliográfica e também um estudo de caso de uma escola pública do município de Santarém. Desse modo, este artigo vem mostrar como está acontecendo a educação inclusiva, os avanços que ocorreram no ensino de crianças com necessidades educacionais especiais a partir da inclusão e sobre a avaliação específica necessária antes e decorrer deste processo. Todo este trabalho avaliativo é realizado por uma equipe da SEMED (psicopedagogos). Avanços como este são de grande importância, em que as inovações tecnológicas são aplicadas no ambiente de trabalho para alcançar resultados dessa natureza com crianças que carregam consigo um processo de discriminação, mas quando se articula o ensino e aprendizagem com métodos inovadores, bons resultados serão alcançados. Desse modo, é possível uma educação inclusiva e de qualidade em uma escola pública do ensino regular.

Palavras-chaves: Inclusão. Construção. Família. Criança. Educador.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos a temática da Educação Inclusiva, tendo como objetivo inicial relatar como acontece a inclusão e os métodos necessários que a ação requer.

Falar sobre a inclusão como um processo em construção no ensino regular, é falar sobre mudança de mentalidade dos profissionais da educação, mais principalmente do educador e gestor que vai lidar não só com o fato e acontecimento, mas como conduzir determinada situação quando tem que efetivar mais de um aluno no DA.

Logo de início desenvolveremos historicamente o processo da Educação Inclusiva no Brasil, relatos e acontecimentos do dia a dia de como acontece a inclusão na sala de aula, posteriormente o verdadeiro compromisso que o educador deve ter com o educando que ingressa no ensino regular e que apresenta alguma necessidade especial.

¹ Licenciada Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e acadêmica do Curso de Especialização em Educação Inclusiva da UNINTER.

² Especialista em Educação Inclusiva e Mestre, professora de TCC pelo grupo UNINTER.

E como dever de agir, já que é uma agente que deve promover a inclusão de tal forma que todos envolvidos (pais, responsáveis, alunos, profissionais da educação), possam se sentir parte desse processo de inclusão. Fazendo com que a inclusão passe a ser uma pauta de forma positiva dentro do projeto político pedagógico.

No final faremos um comparativo entre as leis que foram promulgadas e que mudanças ocorreram no dia a dia tanto da unidade escolar como do próprio educando.

1 INCLUSÃO: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Entender a educação inclusiva é acima de tudo buscar o que se quer realmente com esse processo em que a criança ou adulto são visto de uma maneira diferente por apresentar alguma deficiência. Um ponto importante destacar segundo a percepção de Guebert (2007, p. 21): “Esse processo (a inclusão) necessita de ações eficazes que garantam o desenvolvimento intelectual, social, afetivo e profissional da clientela a qual se destina”.

Partindo desse referencial sabe-se que a educação inclusiva teve suas primeiras discussões na Europa no início do século XX com as mudanças de pensamentos e com o avanço da medicina nessa área que encontrou um campo novo e índice de grandes números de pessoas que durante anos e anos foram excluídos por nascerem aleijado (apresentar alguma deficiência física), os mesmos e vistos como uma pessoa que recebeu o castigo de Deus, por isso tinha que viver o resto da vida sem receber algum tratamento. Com mudança de mentalidade as coisas começaram a ter outra visão.

Segundo Guebert (2007, p. 30)

O Sistema Britânico tratava separadamente das deficiências, para organizar as atividades educacionais como exemplo, de tal procedimento, podemos citar uma criança com disfunção sensório-motora. Nesse caso, a disfunção servia de foco principal para a análise de suas dificuldades e, portanto, o processo reabilitador dessa criança incidia sobre um treino de habilidades dos órgãos afetados até que se atingisse uma media compensatória em sua aprendizagem.

Então o verdadeiro objetivo era fazer com que essa criança afetada pudesse ter sua reabilitação médica de suas habilidades sensoriais. Diante disso essa criança que recebeu tal tratamento esta tendo as condições de poder estão incluindo no meio social.

A mesma autora nos relata o seguinte fato:

Uma aluna da escola especial que foi levada para uma avaliação psicopedagógica com o intuito de encaminhá-la para o ensino regular, no entanto, em função do resultado da avaliação motora, retornou para a escola especializada pois não foi aceita sua inclusão no sistema de ensino regular pelo fato de não ter segurado uma bola quando arremessada para ela. (GUERBERT, 2007, p. 31)

Então fatos como esses acontecem todos os dias no sistema de ensino regular e quem perde são as crianças que não são vistas no seu conjunto de habilidades mas sim em uma deficiência que pode perfeitamente ser trabalhada por um profissional da educação que seja conhecedor das inúmeras habilidades que carregam as crianças basta que sejam olhadas e segundo Piaget citado por Freire (2008, p. 30):

Todo conhecimento é uma construção resultante das ações da criança. De acordo com Piaget, há três tipos de conhecimento: o conhecimento físico, o conhecimento lógico-matemático e o conhecimento social.

Com base nas discussões acima, vai tecendo um leque de conteúdo sobre a educação inclusiva mas é merecedor de destaque definir o que realmente significa a palavra inclusão e para quem servem.

E para Guebert (2007, p. 23):

A inclusão, ...não é apenas um processo destinado às pessoas com necessidades especiais, mas, sim a quaisquer mecanismos que necessitem de adequações, sejam eles de ordem: curricular, física, metodológica e, até mesmo, afetiva, para transmitirem-se enquanto agentes sociais.

Então sendo a escola um espaço em que são muitas e variados acontecimentos e que se configuram dentro do currículo escolar que irão se construir enquanto desafios a serem trabalhados dentro da sua particularidade.

A escola tem um compromisso de receber diariamente crianças que apresentam não só dificuldade na aprendizagem mais outros problemas. Diante desse acontecimento a escola requer que sua equipe esteja capacitada acima de tudo tenham bom senso e percepção e saber conduzir as metodologias e como irão avaliar, considerando as dificuldades que a criança apresenta assim como dar os encaminhamentos partindo de um olhar técnico e conhecedor fazendo uso dos instrumentos mais eficazes para solucionar as dificuldades ao cotidiano da sala de aula.

Mas toda essa discussão só tem validade porque foram e continuam sendo criadas e promulgadas leis que regem a educação especial.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.393/96, a Lei Corde nº 7.853/89 e de Lei de Acessibilidade nº 10.098/00.

Mas foram muitas as lutas para se elevar ao patamar que esta hoje a nível de legalidade para educação, inclusive que teve seu início com a Lei 4.024/61.

Com Constituição Federal de 1988 trouxe com clareza em seu artigo 225 que declarar:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse artigo acima citado fica claro a responsabilidade de cada um e do Estado com preparo para a cidadania e para o trabalho da pessoa enquanto cidadão e digno de direitos.

Já no artigo 206 iniciou os princípios que devem contar para a educação seja de qualidade e que diz o seguinte:

- I- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V- Valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas de título;
- VI- Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII- Garantia de padrão de qualidade.

Quando no inciso I do art. 206 da CF, declara que toda a responsabilidade é do Estado em garantir um espaço acolhedor, assim como garantir a permanência desses educando na escola. Afirma ainda no inciso II do mesmo artigo que a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Esses dois incisos assim como os demais são fundamentais para assegurar uma educação de qualidade.

Os artigos 58, 59 e 60 da LBD, Lei 9.394/96 normatiza a educação especial como poderemos ver a seguir:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º - A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a 5 anos, durante a educação infantil.

Ao analisarmos o art. 58 percebe que a modalidade deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, isso sempre que possível a integração nas classes comuns de ensino.

Outro aspecto fundamental refere-se à concepção de que o atendimento aos educandos da Educação Especial e a oferta de Educação Especial é um dever constitucional do Estado, onde em seu inciso III defini sua faixa etária.

Um artigo que merece destaque é o 5º faz referencia ao sistema de ensino aos educandos com necessidades especiais.

- I – Organizações específicas, para atender às suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados;
- III – Professores com especializados, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e adequadas para os que não revelarem capacidade de inspeção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V – Acesso igualitários aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Os incisos acima citados são bem claros a pautar a inclusão como ela deve realmente acontecer, faz referencia aos currículos, aos métodos e formação do professor dentro do assunto, em pauta.

A seguir relatamos um estudo de caso de aluno que é portador de deficiência mental (D.M) e apresenta comprometimento de ordem cognitiva.

O mesmo recebeu e foi avaliado pela equipe da educação especial e esta orientou que se trabalhassem as funções psicológicas superiores (atenção, concentração, raciocínio, percepção, linguagem) as atividades propostas devem ser organizadas de forma lúdica e funcional.

2 FUNÇÕES PSICOLÓGICAS: ATENÇÃO, CONCENTRAÇÃO, MEMÓRIA, LINGUAGEM, PERCEPÇÃO, RACIOCÍNIO E IMAGINAÇÃO

Durante o ano de 2010 este aluno, adolescente de 14 anos, matriculado no 3ª série da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Batista Miléo apresentou um avanço muito grande nas dificuldades como dislalia acentuada, hoje não tem mais vergonha de expressar-se apresenta boa atenção, relaciona-se bem os demais colegas e quando percebe que cometeu um erro durante a expressão verbal procura logo corrigir. A família é bastante presente na vida escolar, na participação social e nas atividades desenvolvidas na escola que o mesmo pode participar. Gosta de

ouvir histórias infantis, porém ainda não consegue produzir, coloca as peças do quebra-cabeça corretamente, durante a leitura presta muita atenção, porque ainda sente dificuldade nas letras simples, p, b, d e nas complexas tr, dr, br, pl, bl; os cálculos prende bastante atenção do aluno, principalmente quando se trata de adição sem reserva, subtração, multiplicação e divisão utilizando o ábaco; ajuda seus pais na venda e quando troco é pequeno, consegue repassar. Gosta de brincar com o quebra-cabeça, dominó, pintura e desenhos livres, fica encantado com os livros infantis e fica folheando até pedir para eu ler alguma historinha que chama sua atenção como a da “Vaquinha Ludmila, Dona Ismelda e seus pintinhos, Prontinho Jacinto, Pinóquio e o Patinho Feio”, depois de contar as histórias pergunto quantos personagens havia se for até quatro ele sabe responder.

Segundo Honora e Frizanco (2009, p. 25):

Também é comum que, nos casos de atraso no desenvolvimento de fala, as crianças sejam provenientes de ambientes pouco estimuladores. É um ciclo vicioso: a mãe fala pouco com a criança, pois está muito ocupada; a criança começa a apresentar um atraso de linguagem; a mãe, vendo a dificuldade do filho, diminui as cobranças e as estimulações; assim, a criança passa a apresentar cada vez mais dificuldades. O que é importante nesse caso, é que seja determinado para a criança um tempo no qual será feita a estimulação diretamente e, quanto mais natural isso ocorrer, melhor para a criança. A família e a escola devem favorecer momentos cada vez mais frequentes de estimulação de linguagem na vida de todas as crianças.

2.1 HABILIDADES BÁSICAS: COORDENAÇÃO MOTORA GROSSA E FINA ORIENTAÇÃO ESPAÇO IMPORAL E LATERALIDADE

Apresenta coordenação motora grossa e fina, pois ela pula, corre, pinta, brinca, corta papel, faz colagem, monta e desmonta brinquedos didáticos. O aluno consegue lembrar dos nomes de seus familiares, mas não consegue lembrar dos nomes de seus familiares, mas não consegue lembrar do comeu no dia seguinte, só identifica um dia da semana que é o domingo, pois é o dia que joga bola e vai a igreja. Tem dificuldade de identificar a direita/esquerda, tanto corporal como na rua; possui uma escrita clara.

Segundo as autoras Elizabete da Assunção e Maria Tereza Coelho (2008, p. 114): “Quando há dominância direita ou esquerda, não ocorre nenhuma perturbação no esquema corporal; mas, quando a lateralidade é cruzada, os distúrbios psicomotores são evidentes e resultam em deformação no esquema corporal”.

2.2 ASPECTOS EMOCIONAIS/RELACIONAMENTO

O aluno é muito humano, gosta de ajudar os colegas menores, interage bem com os outros; durante a merenda sempre pode pega para os menores, principalmente quando é sopa. Já consegue conversar com as meninas de outro turno sem gritar, não fica correndo e nem pulando fora da hora permitida.

Elisabete da Assunção e Maria Teresa Coelho (2008, p. 117), nos diz que:

A ação educativa da escola consistirá em desenvolver a espontaneidade adaptada ao ambiente. Para isso é necessidade que o professor tenha conhecimento do ritmo de desenvolvimento da criança e crie as condições para o seu progresso. O que só é possível num ambiente em que ela pode se beneficiar do contato com outras crianças da mesma idade, participando de atividades coletivas, alternadas com tarefas individuais.

2.3 DESENVOLVIMENTO ACADÊMICA

No A.E.E. realiza atividades para desenvolvimento intelectual, social e espiritual para o quadro da dificuldade diminuir e o aluno sentir que o seu espaço é importante. Houve avanço na leitura, pois já lê pequenos textos, com palavras simples, conversa com colegas de outro turno sem gritar, conseguir andar sem está correndo, fica sentado quando chega na sala de aula, sabe calcular a adição com reserva, subtrair, multiplicar por 2, 3, 4 e 5, faz divisão isso tudo auxiliado pelo ábaco, identifica as cores, gosta de ouvir músicas lúdicas.

Segundo Elisabete da Assunção e Maria Teresa Coelho (2008, p. 84-85): “A leitura é um processo de compreensão abrangente que envolve aspectos sensórias, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos”.

CONSIDERAÇÕES

Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo aos homens, não é possível o diálogo.
Paulo Freire.

Hoje a educação inclusiva torna-se um ato concreto em que toda a equipe pedagógica, assim como os educadores desenvolvem um trabalho coletivo, em que a solução parte do coletivo do ambiente de trabalho. As leis promulgadas só vieram a contribuir com o progresso de inclusão, mas mesmo assim pede que realize todo um trabalho de conhecimento, estudo e sua aplicabilidade

nas escolas de ensino regular. Leis como a LDB, ECA, CF/1988, são importantíssimas, pois fazem referência a educação regular e a inclusão de crianças neste estabelecimento de ensino.

Todo esse trabalho desenvolvido com o processo de inclusão e que acontecem em escolas do ensino regular é merecedor de destaque entre as demais, também é importante salientar que o sucesso vem com luta e formação continuada para os professores da educação.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2005.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão: Uma realidade em discussão**. 2 ed. rev./Curitiba: IbpeX, 2007.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Dificuldades na linguagem**. (Coleção Fono na Escola). São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

JOSÉ, Elisabete da Assunção & COELHO, Maria Teresa. **Problemas da aprendizagem**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao FUNDEB**. 2 ed. rev. e ampl. – Campinas. SP: Autores Associados, 2008.

ZILLOTTO, Gisele Sotta. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais**. 2 ed. rev./Curitiba: IBPEX, 2007.

